REVISTA

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO & CIDADANIA

VOL. V | Nº 70- SETEMBRO 2026



UM TIJOLO POR VEZ



EDITORIAL

A Revista Conhecimento & Cidadania foi criada por uma família e amigos com o propósito de levar compreensão dos acontecimentos atuais e históricos ao maior número de pessoas possíveis. E exatamente por isso ela é totalmente gratuita e digital.

Leandro Costa – Editor-Chefe
Munique Costa – Designer de capa
Pedro Costa – Editor Auxiliar

Produção e Designer
Leandro Costa
Munique Costa

Redação
Leandro Costa
Munique Costa
Pedro Costa

Colunistas
Danielly Jesus
Juliette Oliveira
Leandro Costa
Mauricio Motta

O conteúdo desta edição foi produzido por voluntários que autorizaram a publicação de seus trabalhos, não sendo remunerados, sendo-lhes garantida a menção de autoria.

www.revistaconhecimentoecidadania.com

Vaquinha online
Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania
revistaconhecimentocidadania@gmail.com
@revistaconhecimentocidadania
@revistaconhecimentocidadania
@RevConhecimento
@conhecimentocidadania



Leandro Costa

EDITOR-CHEFE

Servidor público, professor de Direito, idealizador do projeto Direito nas Escolas, autor do livro: Direito nas Escolas e Diretor na Associação Brasileira de Juristas Conservadores.

www.leandroconservadorrj.com

Revista Conhecimento & Cidadania
Vol. V – Nº 71
Outubro de 2026
Rio de Janeiro – RJ
Menezes Costa
CNPJ 28.814.886/0001-26
ISSN 2764-3867

COLUNISTAS

LEANDRO COSTA

Servidor público, advogado impedido, professor de Direito, Diretor Acadêmico do projeto Direito nas Escolas e editor-chefe da Revista Conhecimento & Cidadania..

DANIELLY JESUS

Jornalista (DRT), YouTuber, podcaster (Cafe com Dani no Spotfy), escrevo para os sites Mundo Conservador e PHVox, sou radialista na web rádio Atroz FM.

MAURICIO MOTTA

Professor licenciado em História Pós-graduado em História do Brasil.

JULIETTE OLIVEIRA

Teóloga, filósofa e engenheira

Leandro Costa

Um tijolo por vez



Uma lenda urbana conta sobre uma mulher que decidiu criar um animal de estimação incomum, uma cobra píton, ou, dependendo da localidade, uma sucuri. A criatura era dócil e se acostumara com a rotina da casa, vivia livre pelos cômodos e, por vezes, fazia companhia a solitária dona durante o repouso.

Um belo dia a cobra, que já tinha alcançado um tamanho considerável, deixou de comer, mas manteve o hábito de dormir com sua dona, esticando-se ao lado da mulher durante a noite. Tomada pela preocupação, a mulher decidiu levar seu exótico animal de estimação ao veterinário e ao explicar o quê ocorria, obteve um diagnóstico chocante.

O veterinário fez alguns exames e viu que o animal estava bem, logo, concluiu que não se tratava de uma doença que impedia a cobra de se alimentar, mas da necessidade de esvaziar seu estomago para que uma presa maior fosse capturada. Ao se esticar durante a noite, o animal media se tinha atingido o tamanho adequado para engolir sua dona.

A lenda, nunca confirmada, serve para alertar quanto a chamada proximidade perigosa, quando alguém se torna muito próximo com o único intuito de atacar, ou seja, quando um gesto que aparenta generosidade tem o único objetivo de baixar a guarda de seu alvo, algo que, em muito, se observa na chamada empatia suicida. No entanto, convidamos o leitor a refletir acerca de outro ponto da lenda urbana, o fato de a cobra medir o tamanho de sua dona, esperando a oportunidade para atacá-la quando houver meios para que sua investida seja bem-sucedida.

Leandro Costa

Quando a Segunda Grande Guerra acabou, a Alemanha foi dividida em quatro blocos, mas a cidade de Berlim, capital daquele país, teve sua própria divisão. Quando os três blocos sob o comando dos países ocidentais se fundiram, surgiu a Alemanha Ocidental, ao passo que, o bloco sob o controle soviético se tornou a chamada República Democrática da Alemanha, também conhecida como Alemanha Oriental. Curiosamente, o lado socialista, totalmente alheio à democracia, se autodenominou como uma República Democrática.

Embora a propaganda dissesse que aquela nação seria uma democracia, assim como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o autoritarismo tomava conta no país e alguns puderam perceber o mal que corroía sua sociedade. O regime nazista também não fez mudanças de um dia para o outro e muito não perceberam até que fosse tarde demais, portanto, qualquer alemão mais cauteloso e que tenha aprendido com o passado, para eles, recente, notaria o autoritarismo escondido por trás das mentiras socialistas.

Assim como boa parte dos judeus não deixou a Alemanha durante a ascensão nazista, muitos foram aqueles que deixaram a oportunidade de abandonar a Alemanha Oriental em seu estágio embrionário. Quando fronteira entre as duas metades da capital alemã começou a ser vigiada, o lado socialista alegava que a intenção era proteger seu povo de uma invasão fascista, usando um fantasma para rotular o mundo livre ao passo que assustava seu próprio povo.

Como regra, o socialismo traria miséria e autoritarismo, fazendo com que, de forma inconsciente, os berlinenses tivessem no lado ocidental, livre, maiores oportunidades e liberdades, no entanto, devemos lembrar que as pessoas estavam recém-libertas de um regime totalitário, ou seja, acostumadas com um regime autoritário, considerando normal o controle da economia, da opinião e outras liberdades em nome do pensamento coletivista.

As similaridades entre os regimes nazista e socialista são imensas, em verdade, são irmãos muito mais próximos que ambos gostariam de admitir. Alguém que tenha se aprofundado nas questões políticas da época perceberia tal proximidade e deixaria o leste alemão tão logo possível. Por seu turno, mesmo os que não tinham tanto conhecimento em relação à nefasta União Soviética, poderia antever que a sombra vermelha cobriria sua terra assim que estivesse confortável.

Como a cobra que media o tamanho da presa, Stalin esperava a oportunidade para avançar sobre aquilo que sobrara da Alemanha derrotada e quando forças foram colocadas na fronteira entre a Berlim Oriental e a Ocidental, os canhões, estranhamente, não apontavam para a direção que os supostos inimigos deveriam entrar. Não era para oeste que os olhos do regime se voltavam, mesmo alegando que os fascistas estavam naquela direção.

Leandro Costa

O Muro de Berlim, chamado pelos socialistas de muro antifascista, era, na verdade, o obstáculo que manteria os berlinenses do leste presos a um regime tão despótico quando aquele que ocupara aquelas terras antes da Grande Guerra. Há um detalhe que nos chama a atenção, o fato de que o Muro de Berlim não foi construído, não da forma que permaneceu por anos, de um dia para o outro, uma vez que, os obstáculos e a rigidez em relação ao fluxo de pessoas avançaram gradualmente. Quanto mais evidente ficava a intenção de prender os berlinenses na Berlim comunista, mais cidadãos pretendiam deixar o lado leste da cidade, fazendo com que as medidas adotadas para os aprisionarem ficassem ainda mais radicais e, por tal motivo, expostas.

Chegou-se ao momento que o Muro de Berlim se apresentava como uma verdadeira fortaleza, impedindo a fuga de mais uma prisão que, em sua fase embrionária, se apresentou como uma democracia. Ao que tudo indica, o hábito de mentir não foi perdido pelos socialistas, especialmente, ao rotular toda oposição como fascista e se apresentar como democracia. Talvez os mais imbecilizados, de fato, acreditem mesmo no que dizem.

Muitos se perguntariam como as pessoas não perceberam que o autoritarismo avançava, mesmo tendo vivido uma experiência similar em tão pouco tempo, mas há outra lenda urbana que nos explica como tal processo ocorre.

Conta a lenda que, uma rã ao ser posta viva em uma panela com água, mesmo tendo a possibilidade de pular e salvar sua vida, permanece na panela por acreditar que aquela água é segura. Conforme a temperatura aumenta, a rã se sente ainda mais confortável e sequer cogita deixar aquele ambiente, embora não perceba que está sendo cozida aos poucos. A temperatura da água continua aumentando e a rã começa a se incomodar, mas não tem disposição para deixar o calor que há pouco era tão agradável, até que perceba que está prestes a cozinhar, a rã insistirá em se manter no conforto da água quente. Por fim, o pobre animal constata que a panela será seu leito de morte e decide escapar, mas é tarde e seu corpo já está desgastado pela temperatura de uma água tão quente que se tornara mortal. A rã acaba cozida e aqueles que estão fora acreditam que o animal da lenda seja burro demais para notar que estava prestes a morrer.

Os seres humanos, diferente das rãs, escrevem suas memórias em livros de História e de fábulas que deveriam ser mais que suficiente para alertar os outros quanto ao perigo, evitando que a convidativa água morna se torne uma armadilha mortal, entretanto, alguns agem exatamente como o anfíbio e se deixam cozinhar em razão de momentos de prazer ou conforto.

Ao estudar momentos históricos como o Holocausto, a Grande Fome de Mao e outros tantos, a humanidade deveria evitar entrar na água morna da social-democracia ou de qualquer outra vertente

socialista, entretanto, a propaganda obscureceu o Holodomor por quase um século, sendo um episódio até hoje negado por parte dos defensores do socialismo.

Enquanto tratavam o Holodomor como teoria da conspiração, artifício usado para mascarar inúmeras das vicissitudes de sua ideologia, os socialistas transferiam as mazelas do continente africano para a conta daquilo que chamavam de capitalismo selvagem, encobrindo o socialismo africano, verdadeira praga que fazia daquele continente um lugar cada vez mais miserável. A África, tomada por líderes e guerrilhas socialistas, tornou-se talvez pior que em seu período sob o julgo estrangeiro, posto que, figuras que era daquele continente, uma vez alçadas ao poder, se tornavam tão despóticos quanto seus antigos suseranos, em alguns casos, até piores.

O socialismo tomou a África através da guerrilha e de suas revoluções, mas sua propaganda apresentava crianças desnutridas como resultado de um sistema capitalista que não governava e, no máximo, agia como receptador em relação aos verdadeiros tiranos. Assim como o comércio de escravos, no qual os líderes africanos foram as figuras que mais merecem a reprovação, a miséria do período pós-colonial se deve muito mais aos líderes socialistas que à herança do período de exploração. Precisamos considerar que antes da chegada dos europeus, em uma análise bem generosa, a África subsaariana estava em condições análogas à idade antiga e o mercado de escravos com o oriente era pujante, mas com o fim da influência europeia, grande parte de África parece não ter evoluído como a maior parte dos africanos esperava. Seus líderes continuaram culpando o chamado primeiro mundo, países ricos, livres e capitalistas, por mazelas que não se importavam em enfrentar, ao passo que se associavam ao, à época, chamado segundo mundo, o nefasto bloco socialista, para impor seus regimes autoritários enquanto enriqueciam explorando a miséria.

A América Latina, por seu turno, teve mais sorte em relação ao continente africano, seja por sua distância geográfica do oriente, estando distante do modelo de escravidão adotado pelos muçulmanos e da maior nação socialista, seja por ter sido povoada, em grande parte, por imigrantes que buscavam vida nova e não apenas a expropriação.

Após a Segunda Grande Guerra, forças como o nazismo e o fascismo, derrotados no front, acabaram sendo, de forma correta, vistos como regimes malignos que devem ser evitados, contudo, apesar de suas investidas, o socialismo acabou sendo poupado do rótulo de regime abjeto que deveria receber.

As redações de jornais e universidades, em grandes proporções, se tornaram verdadeiros prostíbulos intelectuais dispostos a criar narrativas e ofuscar fatos em nome de uma revolução socialista que patrocinava alguns, reconhecia outros e acolhia os moralmente frágeis. A União Soviética e os socialistas ocidentais, como membros da Escola de Frankfurt e a Sociedade Fabiana, traziam, através da

propaganda, imagens de países bem-sucedidos como a Cuba dos médicos e engenheiros, enquanto escondiam as mazelas dos regimes.

Os líderes das chamadas minorias tomaram as rédeas de seus asseclas e os colocaram em cercados para que os senhores da revolução os usassem como bem entendem. Não por acaso temos feministas que defendem homens que se identificam como mulheres tomarem o lugar das mulheres de verdade nos esportes, homossexuais defendendo uma cultura que, abertamente, prega a morte dos seus, influenciadores de jogos de videogame que apoio o encarecimento dos jogos, autodeclarados cristãos que defendem o aborto e tantas outras contradições que não fazem sentido.

A necessidade de pertencer a um grupo que fora capturado pelos senhores revolucionários faz com que as rãs não tenham coragem de deixar a panela, mesmo quando a água parece estar quente demais para seus corpos. Qualquer um que ouse falar contra as pautas do grupo sofrerá a pena de ostracismo, algo que os mais frágeis são incapazes de suportar.

Ignorar o mal por ganância, comemorando um abuso ou trapaça que o beneficia, expõe uma deficiência de caráter, mas fazê-lo por sentimento de bando, é ainda mais dramático, pois além da fraqueza moral, subsiste uma necessidade de aceitação que acorrenta o indivíduo ao grupo como o cimento que prende cada tijolo ao muro. Construído de forma homeopática, o muro se levanta sem ser percebido, como a água da panela que esquenta gradualmente, aprisiona os tijolos e faz com que, cada um deles, deseje que seu destino miserável alcance os outros, seja pela inveja, seja por acreditar que o muro é um lugar seguro do qual não poderá se livrar sem pagar um preço muito alto.

A rã escolheu ficar na panela pelo conforto, mas quando se der conta, algumas talvez morram antes mesmo de perceberem, será tarde demais para pular e se livrar do cozimento. Há três questões que devemos atentar, posto que, uma vez na panela de água quente, fica difícil perceber qual o limite que se pode aguentar e ainda ter forças para sair, se haverá alguém segurando a tampa da panela, como um regime que luta para impedir a libertação, bem como, se morrer ignorando o aumento da temperatura não é uma opção daqueles que se recusam a pular.

Não foram poucos os que se recusaram a admitir que estavam sendo presos em uma Alemanha socialista, mesmo diante dos sinais claros, todavia, o advento da internet nos faz crer que a ignorância na atualidade, exceto para um total segregado como um norte-coreano, seja a opção pela preguiça, pela ganância ou pelo afago.

Quando a maior democracia do mundo não reconhece as eleições de um país, como ocorrera na Venezuela, e a maior ditadura do mundo reconhece, não seria estranho acreditar que a água já está quente demais e que o muro está sendo levantado, tijolo por tijolo.

Leia: Vivendo sem culpa



Juliette Oliveira

Quando a política substitui Deus

As lições do fascismo para o presente



Poucas palavras são tão utilizadas e, ao mesmo tempo, tão mal compreendidas quanto o termo "fascismo". Em meio à polarização política que marca o debate contemporâneo, tornou-se comum utilizar essa expressão como um rótulo para desqualificar adversários ideológicos.

Compreender o fascismo continua sendo importante não apenas porque ele marcou profundamente a história do século XX, mas porque permite identificar mecanismos de poder, controle social e manipulação política que podem surgir sob diferentes formas e em diferentes contextos históricos.

O fascismo tratou-se de um fenômeno histórico específico, dotado de características próprias, desenvolvido dentro de circunstâncias particulares e responsável por profundas consequências sociais, políticas e humanas.

O fascismo italiano foi um movimento político que deu origem a um regime cada vez mais autoritário e totalitário sob a liderança de Benito Mussolini entre 1922 e 1943. Ele surgiu em um contexto marcado pelas consequências da Primeira Guerra Mundial. A Itália enfrentava crise econômica, desemprego, inflação, instabilidade social e crescente insatisfação popular. Ao mesmo tempo, muitos setores da sociedade temiam o avanço do socialismo revolucionário que ganhava força em outras partes da Europa.

Juliette Oliveira

Mussolini iniciou sua trajetória política ligado ao socialismo, mas rompeu com esse movimento ao defender a participação italiana na guerra. Aos poucos, passou a adotar posições nacionalistas, intervencionistas e cada vez mais autoritárias. Em 1919, fundou o movimento fascista e, em 1921, criou o Partido Nacional Fascista.

Em 1922, ocorreu a Marcha sobre Roma, uma demonstração de força organizada pelos chamados "camisas negras", grupo paramilitar ligado ao fascismo. Diante da pressão política, o rei Vítor Emanuel III nomeou Mussolini como primeiro-ministro. A partir desse momento teve início um processo gradual de desmonte das instituições democráticas italianas.

Ao longo dos anos seguintes, a oposição foi neutralizada, as liberdades passaram a ser restringidas e o poder começou a se concentrar cada vez mais em torno do Estado e de seu líder. Mussolini assumiu o título de Duce e tornou-se o centro da vida política italiana.

A aproximação com a Alemanha nazista fortaleceu as ambições expansionistas do regime. A invasão da Etiópia e a participação na Segunda Guerra Mundial revelaram o caráter militarista do fascismo. Entretanto, as derrotas militares acabaram enfraquecendo o governo. Em 1943, Mussolini foi deposto. Dois anos depois seria capturado e executado, encerrando oficialmente o regime.

Embora os historiadores debatam a definição exata do fascismo, existe amplo consenso de que determinados elementos aparecem de forma recorrente na experiência fascista italiana. Esses elementos ajudam a compreender sua visão de sociedade, de poder e de organização política.

1° Pilar: totalitarismo. O Estado está acima do indivíduo. Todas as esferas da vida social, política e cultural devem estar subordinadas aos interesses da nação e do regime. O cidadão era visto como um instrumento de um projeto coletivo maior.

2° Pilar: culto ao líder. Mussolini não era apresentado apenas como governante, mas como salvador da pátria e intérprete da vontade nacional. Sua imagem era cuidadosamente construída e difundida por escolas, rádios, jornais e manifestações públicas.

3° Pilar: homogeneidade política. O fascismo rejeitava a coexistência de diferentes correntes ideológicas e buscava impor uma visão única da sociedade. Para isso, eliminou o pluralismo político por meio do partido único, da censura à imprensa, da perseguição aos opositores e da supressão das liberdades civis. A polícia e as organizações fascistas atuavam como instrumentos de intimidação e repressão, fazendo da violência um mecanismo integrado ao funcionamento do regime. Ao mesmo tempo, a educação, a cultura, as artes e os meios de comunicação foram colocados a serviço do Estado para difundir a ideologia oficial, controlar a informação e moldar consciências. A divergência era tratada como uma ameaça à unidade nacional.

4° Pilar: nacionalismo agressivo. Exaltação da nação como valor supremo, associada à ideia de grandeza nacional, superioridade coletiva e expansão territorial. O fascismo promovia a ideia de que a Itália deveria recuperar a grandeza do antigo Império Romano.

5° Pilar: corporativismo econômico e militarismo. O fascismo defendia uma economia subordinada aos objetivos do Estado, rejeitando tanto o liberalismo econômico quanto o socialismo revolucionário. Embora a propriedade privada fosse mantida, a atividade econômica era rigidamente supervisionada pelo governo, e os sindicatos independentes foram substituídos por corporações controladas pelo regime. Ao mesmo tempo, a disciplina, a força e a obediência eram exaltadas como virtudes sociais, enquanto a guerra era apresentada como uma expressão legítima do vigor nacional e um instrumento para a grandeza do Estado.

Esses elementos precisam ser compreendidos em conjunto. Isoladamente, nenhum deles define o fascismo. Contudo, quando observamos a concentração de poder, o culto ao líder, a supressão do contraditório, a violência política, o controle cultural e a subordinação do indivíduo a uma causa coletiva, encontramos os mecanismos centrais que o sustentaram. Embora o fascismo seja normalmente estudado como fenômeno político, existe nele uma dimensão profundamente espiritual.

O Estado deixava de ser uma instituição limitada e passava a assumir funções quase sagradas. O líder deixava de ser um governante e passava a ser tratado como salvador. Sob essa perspectiva, o fascismo pode ser compreendido como uma forma de idolatria política. A lealdade ao Estado era colocada acima da consciência individual. O cidadão era levado a servir uma causa apresentada como absoluta.

A própria Escritura alerta para esse perigo. Em 1 Samuel 8, Israel rejeita o governo de Deus para confiar em um rei humano. O episódio revela uma tentação recorrente da condição humana: buscar na política aquilo que somente Deus pode oferecer. Quando líderes, partidos, ideologias ou projetos nacionais passam a ocupar esse lugar, a política deixa de ser instrumento e se transforma em objeto de devoção.

Do ponto de vista cristão, essa inversão é profundamente problemática. Quando o Estado, a nação ou o líder ocupam o lugar que pertence somente a Deus, a dignidade humana é sacrificada em nome de objetivos políticos supostamente superiores.

As lições do fascismo não pertencem apenas ao passado. Elas continuam relevantes porque revelam tendências humanas. A questão não é afirmar que movimentos contemporâneos sejam fascistas. A questão é reconhecer que certos mecanismos podem reaparecer sob novas formas.

O fascismo pertence a um contexto histórico específico e não pode ser simplesmente transplantado para o presente. No entanto, os mecanismos que tornaram sua ascensão possível não desapareceram com a queda de Mussolini. A tendência de subordinar a pessoa à coletividade, de transformar causas políticas em

absolutos, de exigir conformidade ideológica e de concentrar influência cultural e institucional continua sendo uma tentação permanente da vida política.

Por isso, compreender o fascismo não serve apenas para interpretar o passado, mas também para examinar criticamente práticas políticas e culturais presentes em nosso próprio tempo, inclusive entre aqueles que afirmam combater o autoritarismo.

Justamente por possuir características tão específicas, o fascismo não pode ser utilizado como rótulo genérico para qualquer posição política. Um dos erros mais frequentes do debate contemporâneo consiste em associar conservadorismo e fascismo como se fossem expressões da mesma tradição.

Na realidade, o conservadorismo surgiu muito antes do fascismo e desenvolveu-se dentro de fundamentos distintos. Enquanto o fascismo buscava concentrar poder, enfraquecer limites institucionais e subordinar a sociedade aos objetivos do Estado, o conservadorismo tradicional enfatiza o Estado de Direito, a separação de poderes, a liberdade econômica, a propriedade privada, a pluralidade política e o papel das instituições intermediárias, como a família, as igrejas e as comunidades locais.

Naturalmente, essas ideias podem ser debatidas, criticadas ou contestadas. No entanto, elas não se confundem com os princípios estruturantes do fascismo. Quando o rótulo substitui a argumentação, o debate deixa de buscar compreensão e passa a servir apenas à polarização.

O primeiro desses mecanismos diz respeito à relação entre o indivíduo e a coletividade. Em determinados ambientes políticos, acadêmicos e culturais, observa-se uma tendência de reduzir indivíduos a identidades coletivas, atribuindo-lhes visões de mundo esperadas com base em raça, classe social, gênero ou origem. Quando o indivíduo é absorvido pela causa, sua singularidade corre o risco de desaparecer. A pessoa deixa de ser vista como um ser humano complexo e passa a ser tratada como representante de uma categoria política.

A mensagem cristã parte do princípio de que cada pessoa possui dignidade própria porque foi criada à imagem de Deus (Gn 1,27). A salvação não é coletiva nem ideológica. Ninguém é salvo por pertencer ao grupo correto, repetir a narrativa correta ou aderir à causa correta.

A relação com Deus é pessoal e envolve consciência, liberdade e responsabilidade individual. Por isso, toda ideologia que reduz o ser humano à condição de membro de uma categoria política entra em tensão com a antropologia cristã. Diante de Deus, ninguém é definido apenas por sua classe, raça, grupo ou movimento político. Existem pessoas concretas, dotadas de dignidade própria e chamadas a responder individualmente por suas escolhas.

Outro elemento recorrente é a tendência de personalizar excessivamente a política. O culto ao líder reaparece quando figuras políticas passam a ser tratadas como salvadores da sociedade. Isso ocorre quando críticas legítimas são interpretadas como traições e quando o adversário deixa de ser alguém com quem se

debate para se tornar um inimigo moral. A mesma lógica está presente quando depositamos em um líder ou partido expectativas de redenção que nenhuma estrutura política é capaz de oferecer, como se a solução definitiva dos problemas humanos dependesse da vitória de um grupo específico.

Um terceiro aspecto envolve a busca pela homogeneidade ideológica e o controle das consciências. Também é legítimo refletir sobre o papel das instituições na formação das consciências. Universidades, meios de comunicação, partidos políticos, movimentos sociais e organizações religiosas possuem grande influência cultural. Quando qualquer uma dessas instituições deixa de estimular o pensamento crítico e passa a exigir conformidade ideológica, surge um problema que merece atenção.

Da mesma forma, a discussão sobre controle da informação exige prudência. Toda sociedade democrática precisa preservar a liberdade de expressão. A censura disfarçada de proteção é o ponto máximo da divisão. Quando o Estado decide o que é desinformação, ele decide quem é confiável. Quando decide o que é ódio, ele decide quem é perigoso. Quando decide o que pode ser dito, ele decide quem pertence.

A palavra deixa de ser ponte e vira fronteira. A verdade deixa de ser descoberta e vira decreto. O povo deixa de ser comunidade e vira grupos isolados.

Essa narrativa não é nova. Ela se repete há décadas. Em 1994, o Plano Real era “estelionato eleitoral”. Em 1998, o governo eleito era “ditadura das MPs – Medidas Provisórias”. Em 2006, a oposição fazia “campanha golpista”. Em 2010, a direita tentava “dar golpe a cada 24 horas”. Em 2014, tucanos viraram “nazistas”. Em 2016, o impeachment era “golpe”.

O padrão é claro: a democracia está sempre em perigo quando o poder de um grupo é ameaçado. Essa narrativa não protege a democracia. Protege a hegemonia. E a hegemonia se sustenta dividindo o povo.

Quando a divergência passa a ser interpretada como ameaça moral ou política, surge outro fenômeno comum aos projetos que buscam hegemonia: a tendência de tratar adversários como inimigos. Histórias como as de Filipe Martins e João Giffoni mostram como essa lógica opera. Eles não são apenas episódios isolados. São sinais de que a fragmentação social se tornou critério de justiça.

Filipe, professor e analista de riscos, foi preso no contexto do 8 de janeiro, acusado de uma minuta cuja autoria nega. Uma investigação internacional mostrou irregularidades em seu registro de entrada nos EUA. Ele foi torturado, ameaçado e ficou dois anos sem ver a filha.

João, psicólogo de 25 anos, foi preso dentro do plenário do Senado, condenado a 14 anos e exilado de seu próprio país.

Esses casos não chocam porque foram enquadrados dentro da narrativa da divisão: “eles” contra “a democracia”. Quando a sociedade é ensinada a enxergar pessoas como categorias, não como cidadãos, a injustiça deixa de ser percebida.

Juliette Oliveira

No documentário *Entreatos* (2004), Lula afirma que sua força política não se explica apenas por sua figura pessoal, mas pela existência de uma ampla base de sustentação composta por movimentos sociais, sindicatos, estudantes, setores da Igreja Católica e organizações partidárias. Independentemente das avaliações políticas que se façam dessa declaração, ela revela a consciência de que projetos políticos duradouros dependem da construção de influência cultural e institucional para além das eleições.

***"Não tem nenhum grande líder. No Brasil hoje, e esse é um dado triste para o Brasil, não é um dado bom. No Brasil hoje, a única figura de dimensão nacional sou eu. Mas porque eu cheguei aonde eu cheguei? Porque eu tenho por detrás de mim um movimento. Eu tenho por detrás de mim uma grande parte da Igreja Católica. A base da Igreja Católica. Eu tenho por detrás de mim uma grande parte dos estudantes, do PT, da CUT. Aliás, nenhum político brasileiro nunca teve o alicerce que eu tenho. É muita coisa."* — Luiz Inácio Lula da Silva, em Entreatos (2004). (Documentário de João Moreira Salles filmado durante a campanha presidencial de 2002, aproximadamente em 1h11min24s.).**

O cristianismo contém uma clara preocupação com os pobres, a justiça e a dignidade humana. O problema começa quando a fé é reduzida a um programa político, quando a salvação espiritual é substituída por uma promessa de transformação das estruturas sociais ou quando o Evangelho é submetido a uma ideologia. Nesse momento, a religião corre o risco de deixar de julgar a política à luz da fé e passar a servir como instrumento de mobilização política.

Nenhuma instituição humana é infalível. Toda forma de poder necessita de limites, transparência e responsabilização. A verdadeira lição não está apenas em identificar os regimes autoritários do passado, mas em compreender os mecanismos que tornam possível a ascensão de projetos que colocam o poder acima da verdade e a causa acima da pessoa.

Nas últimas décadas, tornou-se comum utilizar a palavra "fascismo" como arma retórica. Quem discorda de determinadas pautas, valores ou projetos políticos frequentemente recebe esse rótulo antes mesmo que seus argumentos sejam examinados. No entanto, quando observamos os elementos que caracterizaram historicamente o fascismo, percebemos que a realidade é mais complexa do que os slogans permitem admitir.

À luz desses critérios, é difícil não perceber que alguns dos mecanismos analisados aparecem hoje justamente em setores que se apresentam como os principais combatentes do fascismo. A redução das pessoas a identidades coletivas, a pressão por conformidade ideológica, a dificuldade de conviver com a divergência, a tentativa de controlar os limites do discurso aceitável e a busca por hegemonia cultural por meio das instituições são tendências que merecem reflexão séria. Quando o rótulo de "fascista" é utilizado para silenciar adversários, em vez de compreender a realidade, o debate deixa de buscar a verdade e passa a servir apenas à disputa pelo poder.

Contudo, seria um erro concluir que o problema está apenas nos outros. Se criticamos o culto à personalidade, não devemos transformar nossos próprios líderes em salvadores. Se denunciamos a intolerância, não podemos responder com mais intolerância. Se alertamos contra a idolatria política, não podemos simplesmente substituir um ídolo por outro.

O erro fundamental do fascismo não foi apenas político. Foi também espiritual. O Estado tornou-se absoluto, o líder tornou-se objeto de devoção e a causa passou a ser considerada mais importante do que a pessoa. Aquilo que deveria ocupar um lugar limitado reivindicou para si um lugar que pertence somente a Deus.

A própria Escritura alerta para esse perigo. Em 1 Samuel 8, o povo de Israel pede um rei para ser como as outras nações, depositando no poder humano expectativas que deveriam permanecer fundamentadas em Deus. O episódio revela uma tentação recorrente da condição humana: buscar na política aquilo que somente Deus pode oferecer. Quando líderes, partidos, ideologias ou projetos nacionais passam a ocupar esse lugar, a política deixa de ser instrumento de organização da vida comum e se transforma em objeto de devoção.

A perspectiva cristã oferece uma alternativa diferente. Ela recorda que nenhum governante é salvador, nenhuma ideologia é absoluta e nenhuma causa política está acima da dignidade da pessoa humana. Como afirmaram os apóstolos diante das autoridades: “É preciso obedecer antes a Deus que aos homens” (At 5,29). O Estado possui autoridade legítima, mas não autoridade suprema.

É justamente por isso que a liberdade religiosa ocupa um lugar central em uma sociedade verdadeiramente livre. A legítima laicidade do Estado não pode ser confundida com a exclusão da fé da vida pública. O poder político não deve estabelecer uma religião, mas também não pode substituir a consciência, determinar aquilo que deve ser crido ou obrigar o cidadão a esconder suas convicções religiosas. Quando a fé passa a ser tratada como um obstáculo a ser neutralizado ou subordinado a projetos ideológicos, o Estado ultrapassa limites que não lhe pertencem.

A história demonstra que os maiores abusos começam quando homens e instituições reivindicam para si um lugar que pertence somente a Deus. Por isso, nossa vigilância não deve estar voltada apenas para os erros dos adversários, mas também para a tentação de reproduzi-los dentro do nosso próprio campo. O combate à idolatria política só é sincero quando somos capazes de rejeitar não apenas os ídolos dos outros, mas também os nossos.

Leia: Outubro – Hora de enfrentar a urna

Mauricio Motta

As eleições do cacete



As eleições para presidente, senadores, deputados federais e estaduais e governadores de 2026 poderão entrar para a história como as mais disputadas e polarizadas já testemunhadas em nosso país. Apesar de tantas farpas trocadas e da utilização massiva de memes nas redes sociais, esta animosidade não tem se convertido em episódios de violência real.

Não se pode dizer o mesmo quanto às ações de candidatos no sentido de conquistar votos ou, na pior das hipóteses, retirar votos de seus adversários.

Como exemplo, podemos citar o "pacote de bondades" do atual ocupante da Presidência da República. O reajuste do Bolsa Família em 15,04%, elevando o benefício-base de R$ 600 para R$ 691; a oferta gratuita de canetas emagrecedoras no SUS; ao chamado "Pix do MEI" e Perdão de Dívidas, anunciado a doze dias do segundo turno, prevendo o perdão de débitos tributários de Microempreendedores Individuais (MEIs), a elevação do teto de faturamento da categoria e a concessão de um benefício ("Pix") de até R$ 5.000 para esses trabalhadores; e o "Pé-de-Meia Universitário", prometido para estender o benefício financeiro, atualmente voltado a estudantes do ensino médio, também a estudantes do ensino superior no próximo mandato.

A temporada de benesses está aberta, mas nem todos veem essas iniciativas com bons olhos. Juridicamente, essas ações podem ser questionadas sob os conceitos de abuso de poder político e econômico, e a coligação adversária de Flávio Bolsonaro (PL) já protocolou Ações de Investigação Judicial Eleitoral (AIJEs) no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com esse argumento.

Sim, são tempos conturbados, mas não necessariamente inéditos em nossa história.

No final de 1840, poucos meses depois do Golpe da Maioridade, que colocou Dom Pedro II no trono com apenas quatorze anos, o Império realizou eleições gerais para a Câmara dos Deputados. O que deveria ter sido um momento de consolidação da monarquia e de renovação da representação parlamentar acabou se tornando um dos episódios mais violentos e controversos da história eleitoral brasileira. Os conservadores batizaram o pleito de "eleições do cacete", denunciando a violência empregada pelos liberais para conquistar a maioria parlamentar. O nome não era gratuito: bastões, paus e toda forma de intimidação física foram associados à disputa eleitoral em diversas províncias.

A polarização política vinha de longe. Durante a Regência, entre 1831 e 1840, o país enfrentou uma sequência de revoltas e um embate cada vez mais duro entre diferentes agrupamentos políticos. De um lado, estavam os liberais, ligados à defesa da antecipação da maioridade do imperador; de outro, os regressistas, que defendiam maior centralização política e administrativa. Essas forças dariam origem aos partidos Liberal e Conservador do Segundo Reinado, posteriormente conhecidos, respectivamente, pelas denominações de luzias e saquaremas.

Os liberais comandaram o movimento pela antecipação da maioridade de Dom Pedro II e formaram o Gabinete Maiorista, em julho de 1840. O problema era que a Câmara dos Deputados em exercício, eleita anteriormente, continuava majoritariamente conservadora. Para remover esse obstáculo e assegurar uma maioria parlamentar favorável, o governo promoveu a dissolução da Câmara e convocou novas eleições. A disputa, desde o início, ultrapassava a simples escolha de representantes: estava em jogo o controle político do Estado imperial.

O sistema eleitoral da época era indireto e censitário, regulamentado pelas instruções eleitorais de 1822 e pelas disposições constitucionais de 1824. Homens livres que satisfizessem os requisitos legais de idade, renda e condição jurídica participavam das eleições primárias, escolhendo os eleitores de segundo grau, responsáveis pela eleição dos deputados e pela escolha dos nomes destinados ao Senado, cuja composição dependia da lista tríplice e da escolha imperial. O voto não era secreto. As eleições ocorriam em assembleias paroquiais, frequentemente instaladas em igrejas, e o controle das autoridades locais sobre a qualificação dos votantes constituía um importante instrumento de poder. A estrutura permitia que a influência política, a dependência econômica e a coerção interferissem diretamente na formação da representação parlamentar.

As fraudes eleitorais não nasceram com o Segundo Reinado. Já existiam práticas de manipulação e controle dos votantes, mas as eleições de 1840 ficaram particularmente marcadas pela combinação entre polarização partidária, intervenção governamental e violência física. Para assegurar a vitória liberal, o governo promoveu uma ampla substituição de autoridades provinciais e locais, incluindo chefes de polícia

e oficiais superiores da Guarda Nacional, além de suspender juízes de paz. A reorganização do aparato administrativo e policial permitiu ampliar a influência governamental sobre o processo eleitoral.

Grupos de valentões conhecidos como “papos amarelos”, identificados por um laço amarelo no pescoço, foram associados à intimidação dos adversários e à violência contra as mesas eleitorais. As denúncias da época mencionavam espancamentos, assassinatos, expulsão de votantes, troca de identidades, admissão de pessoas sem direito a voto, inclusão de nomes fictícios e falsificação de documentos eleitorais. Também foram relatadas irregularidades na votação e na apuração, incluindo o desaparecimento ou a substituição de urnas e a adulteração de atas.

Essas denúncias chegaram à Câmara dos Deputados por meio de petições de cidadãos e autoridades que se declaravam vítimas de abusos. Não se tratava apenas de acusações genéricas lançadas na imprensa: havia um conjunto de reclamações que expunha a distância entre as regras constitucionais do sistema representativo e os métodos empregados para controlar seus resultados. É importante reconhecer que as denúncias também integravam a luta partidária, mas isso não elimina seu valor documental nem autoriza ignorar a violência relatada. A disputa política utilizava os próprios mecanismos institucionais para denunciar a corrupção do processo eleitoral.

O resultado foi uma vitória esmagadora dos liberais. A conquista da maioria parlamentar, entretanto, não encerrou a crise. Os conservadores denunciaram a ilegitimidade do pleito, reuniram petições e pressionaram o imperador. Em 23 de março de 1841, Dom Pedro II demitiu o Gabinete Maiorista e entregou o poder aos conservadores. A mudança de governo, contudo, não dissolveu imediatamente a Câmara eleita em 1840. A legislatura deveria começar em 1842, mas, em 1º de maio daquele ano, a Câmara foi dissolvida antes de sua abertura oficial.

A dissolução ocorreu em meio a uma crise política mais ampla. O governo conservador havia promovido a restauração do Conselho de Estado e a reforma do Código do Processo Criminal, em 1841, medidas que reforçaram a centralização administrativa e o controle do governo central sobre a estrutura judicial e policial. A anulação política do resultado eleitoral, somada a essas medidas e à dissolução da Câmara, contribuiu para desencadear as Revoltas Liberais de 1842, em São Paulo e Minas Gerais. Os movimentos foram derrotados pelas forças imperiais, mas evidenciaram a profundidade da disputa em torno do controle do Estado e dos limites da participação política.

As eleições do cacete não foram um acidente isolado. Tornaram-se um exemplo emblemático de um sistema no qual a competição eleitoral podia ser subordinada aos interesses dos grupos que controlavam o governo. Ao longo do Segundo Reinado, liberais e conservadores recorreram, em diferentes circunstâncias, à influência sobre as autoridades locais, ao controle das juntas de qualificação, à pressão sobre os votantes e à manipulação dos procedimentos eleitorais. Isso não significa que todos os pleitos

fossem idênticos ou que os dois partidos empregassem sempre os mesmos métodos, mas evidencia que a fraude não constituía uma exclusividade de uma única facção.

O governo central exercia influência decisiva sobre as províncias por meio dos presidentes provinciais nomeados pelo imperador e da estrutura administrativa subordinada ao Executivo. A combinação entre centralização política, dependência local e controle dos mecanismos eleitorais favorecia os governantes e dificultava a formação de uma representação verdadeiramente independente. O sistema não se limitava a registrar a vontade dos eleitores: permitia que aqueles que detinham o poder interferissem nas condições em que essa vontade era expressa e convertida em mandatos.

O chamado "parlamentarismo às avessas" expressaria posteriormente uma das características desse arranjo. No Segundo Reinado, o imperador nomeava e demitia ministros e dispunha da prerrogativa constitucional de dissolver a Câmara dos Deputados. A partir da criação formal da Presidência do Conselho de Ministros, em 1847, consolidou-se uma organização parlamentar peculiar, na qual a formação do gabinete dependia da Coroa e a convocação de novas eleições podia ser utilizada para buscar uma maioria favorável ao governo. A existência de eleições e de debates parlamentares, portanto, não impedia que o Executivo exercesse influência decisiva sobre a composição da representação nacional.

As reformas eleitorais posteriores procuraram reorganizar esse sistema, sem eliminar suas distorções. O Decreto nº 157, de 4 de maio de 1842, alterou as instruções eleitorais, estabeleceu a qualificação prévia dos votantes por juntas locais e proibiu o voto por procuração. A Lei nº 387, de 19 de agosto de 1846, regulamentou as eleições e ajustou os critérios de renda, entre outras disposições. Em 1875, a Lei do Terço modificou o sistema de votação para reservar espaço à representação das minorias e introduziu títulos de qualificação eleitoral, regulamentados no ano seguinte. Por fim, a Lei Saraiva, de 1881, instituiu as eleições diretas para deputados e senadores e estabeleceu o título de eleitor.

Nenhuma dessas reformas, isoladamente, eliminou a influência dos chefes políticos, a coerção dos votantes ou a manipulação dos procedimentos eleitorais. O sistema continuou marcado por desigualdades sociais profundas, pelo clientelismo e pelo predomínio de grupos locais sobre parcelas significativas da população.

O controle eleitoral não dependia apenas da fraude praticada no momento da votação. Começava antes, na qualificação dos cidadãos habilitados, na escolha das autoridades responsáveis pelo processo e na capacidade dos grupos dominantes de mobilizar recursos administrativos, econômicos e coercitivos. O resultado das urnas, portanto, não pode ser compreendido sem considerar as estruturas de poder que definiam quem participava, em quais condições e sob a influência de quais interesses.

A memória das eleições do cacete demonstra que a existência de uma Constituição, de um Parlamento e de eleições periódicas não assegurava, por si só, a legitimidade da representação política. Ao

mesmo tempo, as petições e os debates parlamentares revelam que os abusos eram contestados em nome dos próprios princípios constitucionais, e não apenas por adversários interessados em substituir os governantes.

A queda da monarquia não eliminou essas práticas. Na República Velha, elas assumiram novas formas, associadas ao mandonismo local, ao coronelismo e ao controle político dos eleitorados. A criação da Justiça Eleitoral, em 1932, representou uma mudança institucional importante na fiscalização e na organização das eleições, embora a superação das práticas de coerção e manipulação continuasse sendo um processo histórico prolongado.

Este texto está sendo concluído 7 dias antes do segundo turno das eleições de 2026. Gostaríamos muito que o pleito ocorra em clima de paz entre as partes e que o resultado reflita a vontade da maioria do povo brasileiro. Entretanto, um temor nos assombra: a lembrança dos idos de 8 de janeiro de 2023. Mas por quê?

A chamada "direita" conservadora usa frequentemente as indefectíveis camisas amarelas da seleção brasileira em suas manifestações, enquanto a "esquerda" usa camisas vermelhas ligadas ao Partido dos Trabalhadores. Um fato despertou a nossa atenção recentemente: a convocação do deputado federal André Janones aos eleitores de "esquerda" para que usassem também as "amarelinhas".

Assim, em 25 de outubro, poderemos ter nas urnas, eleitores de espectros ideológicos diferentes trajando as mesmas cores, assim como tivemos naquele terrível dia de 2023.

Isto significa alguma coisa? Não necessariamente, mas é sempre bom ficarmos atentos aos "papos amarelos", pois as eleições do cacete podem continuar assombrando esta República Federativa assim como nos tempos imperiais. Introspecção e reserva são medidas preventivas importantes neste momento. Demonstrações de força devem existir apenas no momento solitário e de autonomia do voto. A melhor resposta às provocações é o silêncio. Lembremos que a eleição só termina de fato no momento da posse em 1 de janeiro de 2027.

Boa votação a todos sob a paz de Deus!

Leia: Brasil, um país do futuro



Danielly Jesus

Estudando o Fascismo

Parte 04 – Ascensão da ditadura



O desaparecimento de Giacomo Matteotti e, posteriormente, a descoberta de seu corpo provocaram uma onda de indignação. O caso levantou suspeitas sobre a responsabilidade de integrantes do governo e do Partido Nacional Fascista. A apuração policial e judicial alcançou pessoas próximas à estrutura política de Mussolini. Cesare Rossi, antigo chefe de seu gabinete de imprensa, e Giovanni Marinelli, dirigente fascista, estiveram entre os investigados e presos no decorrer do caso.

Em 27 de junho de 1924, deputados de diferentes correntes antifascistas decidiram suspender sua participação nos trabalhos parlamentares. O movimento ficou conhecido como Secessão do Aventino, em referência a um episódio da tradição da Roma Antiga em que a plebe teria se retirado da cidade como forma de protesto contra os patrícios.

A oposição visava os seguintes objetivos: retirar a legitimidade política de Mussolini, pressionar o rei Vítor Emanuel III para que interviesse, retirasse Mussolini do governo e permitisse a formação de um novo gabinete, e Exigir o restabelecimento da legalidade, através da punição dos envolvidos e a liberdade democrática restabelecida.

A ideia era transformar a ausência dos deputados em uma demonstração pública de que o governo havia perdido a legitimidade moral e política. Não se tratava simplesmente de abandonar os cargos ou desistir da política. Era uma estratégia de protesto e pressão institucional.

Porém, a estratégia não deu certo. A oposição acreditava que o Parlamento se enfraqueceria com a movimentação, mas o efeito foi contrário. Além disso, o rei não demitiu Mussolini.

Os antifascistas não formavam um grupo ideologicamente homogêneo. Havia socialistas, comunistas, liberais, republicanos e integrantes do Partido Popular Italiano, de orientação católica. Todos se opunham ao fascismo, mas divergiam sobre como enfrentá-lo.

Alguns defendiam a continuidade do boicote parlamentar; outros queriam retomar a atuação institucional ou adotar medidas mais contundentes. Os comunistas, por exemplo, voltaram a participar dos trabalhos da Câmara em novembro de 1924.

Mussolini enfrentava uma crise gravíssima. O assassinato de Matteotti havia abalado a imagem do governo, provocado indignação e colocado em dúvida a continuidade de seu poder.

Entretanto, a oposição não conseguiu afastá-lo.

Em 3 de janeiro de 1925, Benito Mussolini fez o famoso discurso em que assumiu publicamente a responsabilidade pelo fascismo e passou à ofensiva contra seus adversários. Eis um trecho de sua fala:

"O artigo 47 do Estatuto diz: "A Câmara dos Deputados tem o direito de acusar os ministros do rei e traduzi-los perante o Supremo Tribunal de Justiça". Pergunto formalmente se nesta Câmara, ou fora desta Câmara, há alguém que queira invocar o artigo 47.º (...)

Pois bem, declaro aqui, na presença desta assembléia, e na presença de todo o povo italiano, que assumo (somente eu!) A responsabilidade (política! Moral! Histórica!) Por tudo o que aconteceu. Se as sentenças mais ou menos aleijadas são suficientes para enforcar um homem, fora do poste e da corda! Se o fascismo não passava de óleo de rícino e cassetete e não uma soberba paixão da melhor juventude italiana, a culpa é minha! Se o fascismo foi uma associação criminosa (omissis), a responsabilidade é minha, porque criei esse clima histórico, político e moral".

Nos meses seguintes, o regime intensificou a repressão, restringiu a liberdade de imprensa e avançou no desmonte das instituições democráticas. O processo de consolidação da ditadura prosseguiu ao longo de 1925 e 1926.

O governo deixou de se concentrar apenas em sobreviver à crise e avançou para eliminar as condições que permitiam a existência de uma oposição independente.

Naquela mesma noite, o ministro do Interior, Luigi Federzoni, enviou instruções confidenciais às autoridades locais para reprimir organizações consideradas subversivas, apreender armas de opositores e intensificar o controle sobre a imprensa. Nos dias seguintes, ocorreram prisões e buscas.

A distinção entre ação policial e violência partidária tornou-se cada vez mais problemática. Os fascistas já haviam utilizado grupos paramilitares para intimidar adversários; agora, a máquina

administrativa do Estado era mobilizada de maneira mais sistemática contra a oposição. O resultado foi uma redução progressiva do espaço para a contestação política.

Alguns dias depois, em 12 de janeiro, Alfredo Rocco foi escolhido para assumir o Ministério da Justiça. Foi professor de Direito Comercial na Universidade de Urbino (1899–1902) e em Macerata (1902 –1905), depois professor de Processo Civil em Parma, de Direito Empresarial em Pádua e, mais tarde, de Legislação Econômica na Universidade La Sapienza de Roma, da qual foi reitor de 1932 a 1935.

Rocco iniciou sua carreira política como nacionalista no Partido Radical, de extrema-esquerda. Após a fusão da Associação Nacionalista Italiana com o movimento fascista, ele passou a integrar o Partido Nacional Fascista. Em um discurso proferido em 1925, ele apresentou sua interpretação da relação entre o indivíduo e a coletividade no pensamento fascista, estabelecendo uma oposição ao liberalismo.

Em 1921, foi eleito deputado pela lista dos Blocos Nacionais. Também defendeu a aproximação e a fusão entre os nacionalistas e o movimento fascista, que se concretizou politicamente em 1923, quando a Associação Nacionalista Italiana se integrou ao Partido Nacional Fascista.

Rocco considerava que o fascismo oferecia uma oportunidade de restaurar a autoridade estatal e reorganizar a sociedade segundo princípios nacionalistas e antiliberais. Essa aproximação não foi apenas uma aliança eleitoral: representou a convergência de suas ideias políticas com o projeto de Mussolini.

Enquanto a tradição liberal coloca o indivíduo como finalidade da organização social, Rocco defendia que, no fascismo, os interesses da sociedade deveriam prevalecer sobre os individuais. Em suas palavras: *"Para o Liberalismo, o indivíduo é o fim e a sociedade o meio. Para o fascismo, a sociedade é o fim, os indivíduos os meios, e toda a sua vida consiste em usar os indivíduos como instrumentos para os seus fins sociais"*.

Rocco teve papel importante na elaboração do conjunto de leis que reorganizou o Estado italiano segundo os princípios autoritários do fascismo. O projeto não consistia apenas em reprimir adversários individualmente. A intenção era modificar as próprias regras institucionais, aumentando o poder do Executivo e reduzindo a autonomia do Parlamento, da imprensa, dos sindicatos e das associações civis.

Em 30 de agosto de 1925, Rocco pronunciou um discurso em Perugia intitulado *La dottrina politica del fascismo (A doutrina política do fascismo)*. O discurso foi importante porque apresentou uma formulação sistemática das ideias que orientariam sua atuação legislativa. Rocco procurava demonstrar que o fascismo possuía uma doutrina política própria, e não era apenas um movimento de ação, mobilização de massas e combate aos adversários.

Ele apresentou o fascismo como uma ruptura com a tradição liberal e com as doutrinas que fundamentavam a organização política na existência de direitos individuais anteriores ao Estado. Em seu

lugar, defendia uma concepção histórica e orgânica da sociedade, na qual os interesses nacionais e a autoridade estatal ocupavam posição central.

Leis de Alfredo Rocco: como a teoria se transformou em poder

Entre 1925 e 1928, Rocco participou da elaboração de uma série de leis que reorganizaram o Estado italiano. O processo atingiu o funcionamento do governo, a produção legislativa, a liberdade de associação, as relações de trabalho e a representação política.

A Lei nº 2.029, de 26 de novembro de 1925, estabeleceu regras para associações, entidades e instituições. Entre outras medidas, exigiu informações sobre a composição e a organização de determinadas entidades e integrou a ofensiva do regime contra organizações consideradas incompatíveis com sua concepção de Estado.

A Lei nº 2.263, de 24 de dezembro de 1925, definiu as atribuições e prerrogativas do chefe do governo, que passou a ter uma posição institucional muito mais forte em relação aos demais ministros e ao Parlamento. A legislação reforçou a autoridade do primeiro-ministro sobre o gabinete e alterou a relação entre o governo e a representação parlamentar.

Antes da consolidação da ditadura, a Itália possuía uma monarquia constitucional com instituições parlamentares. O governo dependia de uma dinâmica política na qual a Câmara dos Deputados tinha um papel relevante na sustentação dos gabinetes.

A nova legislação contribuiu para substituir essa lógica por outra, na qual o chefe do governo concentrava a direção política e o Parlamento perdia capacidade de controlar o Executivo.

A Lei nº 100, de 31 de janeiro de 1926 trata sobre a faculdade do Poder Executivo de emitir normas jurídicas. A legislação regulamentou a produção de normas por decreto real, mediante deliberação do Conselho de Ministros e consulta ao Conselho de Estado, inclusive em matérias relativas à execução das leis, ao funcionamento da administração e à organização de órgãos públicos.

Conhecida como lei sobre a disciplina jurídica das relações coletivas de trabalho, a Lei nº 563/1926 constituiu uma das bases do sistema sindical fascista. Ela estabeleceu regras para o reconhecimento jurídico dos sindicatos, a representação profissional e os contratos coletivos. Também instituiu uma magistratura especializada em conflitos trabalhistas e disciplinou a greve e o *lockout*, isto é, a paralisação promovida pelos empregadores.

A legislação reconhecia juridicamente organizações sindicais submetidas a determinadas condições e atribuía representação legal às entidades reconhecidas pelo Estado.

O resultado foi a redução drástica da liberdade sindical: em vez de trabalhadores e empresários poderem organizar livremente sindicatos concorrentes, o regime criou um sistema no qual o reconhecimento estatal determinava quem poderia representar legalmente as categorias profissionais.

Em 1928, Rocco apresentou uma proposta de reforma eleitoral que substituiu a competição entre listas partidárias por um sistema de aprovação de uma lista nacional única.

A reforma foi aprovada por meio da Lei nº 1.993, de 17 de maio de 1928, e se relacionou à nova organização da representação política fascista.

Na eleição de 1929, os eleitores foram chamados a aprovar ou rejeitar a lista apresentada pelo regime, em vez de escolher livremente entre partidos concorrentes em uma disputa eleitoral pluralista. A possibilidade de votar contra a lista não equivalia a uma eleição democrática competitiva: o regime havia restringido a organização política independente e o espaço para a oposição.

A Lei nº 2.693, de 9 de dezembro de 1928, regulamentou a organização e as atribuições do Grande Conselho do Fascismo. O órgão, originalmente ligado à direção política do movimento fascista, foi integrado formalmente à estrutura do Estado.

Essa mudança reforçou a posição institucional do partido e de sua liderança na organização política italiana. O Grande Conselho passou a ter funções importantes na definição das diretrizes do regime e na discussão de questões fundamentais da estrutura do Estado, inclusive a sucessão do chefe do governo.

Um dos aspectos mais severos da legislação fascista foi a criação de instrumentos jurídicos específicos para punir ações consideradas ameaças à segurança do Estado.

A Lei nº 2.008, de 25 de novembro de 1926, conhecida como lei de Defesa do Estado, estabeleceu punições extremas para determinados crimes políticos, incluindo a pena de morte para atentados contra a vida, a integridade ou a liberdade pessoal do rei, da rainha, do príncipe herdeiro e do chefe do governo.

A legislação integrava um conjunto mais amplo de medidas repressivas que atingiram os opositores do fascismo, incluindo a dissolução de organizações, a perseguição de dirigentes políticos e a criação de mecanismos judiciais especiais para julgar crimes contra a segurança do Estado.

O efeito político foi profundo: a oposição deixou de ser tratada como parte legítima da competição democrática e passou a ser enquadrada como uma possível ameaça à ordem estatal.

O Código Penal de 1930 refletiu a concepção autoritária de Estado que orientava o regime. Um dos aspectos mais relevantes foi a organização de categorias de delitos que protegiam a personalidade internacional e interna do Estado. O Estado aparecia como um bem jurídico que deveria receber proteção penal especialmente rigorosa.

O Código de Processo Penal de 1930 também é importante para entender o legado jurídico de Rocco. A reforma processual foi influenciada por uma concepção mais autoritária do processo criminal, com maior peso da atuação judicial e menor ênfase em determinadas garantias individuais que haviam sido associadas às tradições liberais.

Danielly Jesus

Até aqui estudamos que Mussolini conseguiu, paulatinamente, galfar ao poder e aparelhar o Estado à sua maneira, tudo isso aplicando as ideias marxistas que aprendeu ao longo da vida e recrutando quem demonstrava pensamento semelhante ao seu.

Mas, um dia, foi iniciada a contagem regressiva para o fim do regime.

Continua…

Leia: Estudando o Fascismo – Giacomo Matteotti



SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS!

www.revistaconhecimentoecidadania.com

Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania

revistaconhecimentocidadania@gmail.com

@revistaconhecimentocidadania

@revistaconhecimentocidadania

@RevConhecimento

https://www.vakinha.com.br/4961006

@RevistaConhecimentoCidadania

Revista Conhecimento & Cidadania

REVISTA ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO & CIDADANIA

Com conhecimento se constrói cidadania


BERLIM OCIDENTAL
BERLIN
BERLIM ORIENTAL